Situação do mercado de trabalho juvenil nas principais regiões metropolitanas do País: breve análise*

Bruna Kasprzak Borges

Economista, Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística

Resumo

O estudo sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho é uma questão recorrente na literatura, especialmente em razão de algumas características que são peculiares ao segmento, como, por exemplo, a taxa de desemprego elevada em comparação à dos adultos e o alto número de jovens que não estudam e nem trabalham. Este trabalho analisa a inserção dos jovens no mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas do Brasil, entre 2002 e 2012. Os dados apontam para uma continuidade na melhoria em indicadores como diminuição da taxa de desemprego e aumento da participação dos que somente estudam, mesmo no período posterior à crise internacional. Apesar disso, ainda permanece a fragilidade da ocupação para esse grupo populacional, com elevada proporção dos que somente trabalham e dos que não estudam e não trabalham.

Palavras-chave: mercado de trabalho; mercado de trabalho dos jovens; taxa de desemprego juvenil.

Abstract

The study on youth labor market participation is recurring subject in the literature, especially due to features that are unique to this segment, such as the high unemployment rate compared to adults and the high number of young people out of school, unemployed or without training. This paper analyzes the integration of young people into the labor market of the major Brazilian metropolitan regions between 2002 and 2012. There is evidence that social conditions have improved in the post-global crisis period, namely a decline in youth unemployment rate and an increase in the participation of young people who study. Nevertheless, the integration of the youth group in the labor market is still weak, which is indicated, e.g., by the preservation of high proportion of this group in the NEET condition, i.e., the young people not in education, employment or training.

Key words: labor market; youth labor market; youth unemployment rate.

Artigo recebido em 15 out. 2013.
 Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

E-mail: bruna@fee.tche.br

102 Bruna Kasprzak Borges

1 Introdução

O avanço das taxas de desemprego, especialmente nos países desenvolvidos, tornou-se o aspecto mais visível, pelo lado do mercado de trabalho, da turbulência financeira que culminou na crise de 2008. No Brasil, o mercado de trabalho sofreu um impacto negativo de forma pontual, pois indicadores, tais como o crescimento da ocupação, particularmente com vínculos de trabalho formais, e a queda da taxa de desemprego, mantiveram a trajetória de melhoria no período pós-crise, embora em ritmo menos intenso do que em anos anteriores. Mesmo com os países desenvolvidos no centro da crise, o Brasil não passou imune aos efeitos da instabilidade, com a intervenção do Governo na economia através de uma série de políticas econômicas e de grandes dispêndios e renúncias fiscais. Ao contrário de no Brasil, em grande medida nos países da Zona do Euro os desequilíbrios no mercado de trabalho mostraram uma dinâmica recessiva de grande magnitude, com o avanço do desemprego e do desemprego de longo prazo.

Entende-se que o movimento da taxa de desemprego é a variável-síntese de uma análise do ciclo econômico pelo lado do mercado de trabalho, mas que seu comportamento remete a uma série de temas subjacentes, de reconhecida importância na gestão de políticas públicas e econômicas. Um dos vértices dessa discussão é a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Em períodos de estabilidade econômica, esse grupo populacional já é visto como sendo um dos que enfrentam situações mais precárias de inserção ocupacional. Em momentos de crise, são enfatizados os problemas que eles enfrentam, tanto para entrarem no mercado de trabalho, como para se manterem no emprego.

O estudo sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho é uma questão recorrente na literatura, especialmente em razão de algumas características que são peculiares ao segmento, como, por exemplo, a taxa de desemprego elevada em comparação à dos adultos, o alto número de jovens que não estudam e nem trabalham e a fragilidade da ocupação para esse grupo populacional. Além disso, tal discussão se mostra relevante, pois é reconhecido que o ingresso no mercado de trabalho marca a passagem do jovem para a vida adulta 1. A relação entre inserção dos jovens e o

Para uma análise da inserção dos jovens no mercado de trabalho na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no período 1981-2000, ver Bastos (2004). Além disso, para a Região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período 1993-2003, o trabalho de Matos e Bastos (2008) explora mercado de trabalho passa a ser um elemento essencial de discussão, haja vista que a formação educacional e profissional desses indivíduos terá efeitos de longo prazo na composição da força de trabalho e na produtividade futura da economia.

Dada a relevância desse tema na definição de políticas públicas de inserção e qualificação profissional, este trabalho procura analisar as principais mudanças no segmento dos jovens do mercado de trabalho nas principais Regiões Metropolitanas (RM) do Brasil, quais sejam, Belo Horizonte (RMBH), Porto Alegre (RMPA), Distrito Federal (DF), Recife (RMR), Salvador (RMS) e São Paulo (RMSP), ao longo do período 2002-12. Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Para propósitos de análise, são considerados jovens os indivíduos do segmento populacional de 16 a 24 anos².

2 Notas sobre a conjuntura econômica e o mercado de trabalho no período recente

A economia mundial vem passando, desde a crise de 2008, por momentos que oscilam da recessão a modestos crescimentos do Produto Interno Bruto (PIB). Pelo lado real da economia, o mercado de trabalho mostrou claros sinais dos choques que, desde então, afetam a dinâmica micro e macroeconômica. Um desses sinais é o aumento significativo das taxas de desemprego, em especial nas economias desenvolvidas³. Os sinais de recuperação mostram-se sutis, com tendência de melhoria mais pronunciada nos EUA, ao mesmo tempo em que a Europa ainda enfrenta dificuldades para contornar os seus desequilíbrios econômi-

os condicionantes da participação dos jovens nas atividades de estudo e trabalho.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define o segmento juvenil como os indivíduos situados na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Neste trabalho, são considerados os jovens em idade de trabalhar, isto é, os indivíduos da parcela demográfica com idade entre 16 e 24 anos, sendo o limite inferior definido como a idade mínima legal estabelecida no Brasil para a participação no mercado de trabalho.

De acordo com o Eurostat (2013), a taxa de desemprego na Zona do Euro foi de 12,0% em agosto de 2013, na série ajustada sazonalmente. As maiores taxas de desemprego foram verificadas na Grécia (27.9% em junho de 2013) e Espanha (26.2%). Comparativamente, em agosto de 2013, a taxa de desemprego nos Estados Unidos foi de 7,3%, menor do que no mesmo período de 2012 (8.1%).

cos. Esse contexto de crise prolongada tem gerado questionamentos sobre os efeitos de longo prazo sobre o mercado de trabalho e a trajetória laboral dos indivíduos (Bell; Blanchflower, 2011; Brunello, 2009).

Quando se discutem os efeitos das flutuações do ciclo econômico sobre a dinâmica do mercado de trabalho, Gielen e Van Ours (2006) ressaltam dois tópicos de interesse para o debate. O primeiro refere-se à indagação sobre os ajustamentos da força de trabalho, se ocorrem sobre a criação ou sobre a destruição de empregos, e o segundo questiona se a dinâmica do emprego pode ser considerada idade-específica. Especialmente em relação ao segundo tópico, os jovens e os indivíduos mais maduros são os mais afetados por uma recessão (Brunello, 2009). A relação entre aprendizagem e os ciclos de negócios nos períodos de recessões profundas, bem como de recessões prolongadas, pode ter efeitos mais amplos e duradouros sobre a formação profissional (Brunello, 2009).

A crise financeira conduziu a uma crise nos mercados de trabalho de muitos países, com grandes aumentos na taxa de desemprego e no desemprego de longo prazo, com sérias consequências econômicas, sociais e humanas (Junankar, 2011). Esses impactos econômicos da recessão dos últimos anos têm trazido sérias consequências para os grupos expostos a condições mais frágeis de inserção, como os jovens. No caso da Zona do Euro, a literatura vem usando a expressão de uma "geração perdida", em razão das graves consequências da manutenção de elevadas taxas de desemprego entre os jovens. Por exemplo, de acordo com o Eurostat (2013), em agosto de 2013 a taxa de desemprego juvenil na área do euro foi de 23,7%, ao passo que, em agosto de 2012, foi de 23,4%. Nesse caso, a taxa se aproxima dos dados deste trabalho; porém, desagregando os dados por país, as taxas mais baixas foram observadas na Alemanha (7,7%), e as maiores, na Grécia (61,5% em junho de 2013) e na Espanha (56,0%). Essa situação torna-se excepcionalmente preocupante, quando se considera que os jovens estão no começo de sua vida profissional e que isso pode trazer consequências também no futuro (Bell; Blanchflower, 2011). Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise sem precedentes no mercado de trabalho dos jovens coloca uma geração em risco (OIT, 2013).

Como os países desenvolvidos foram o centro da crise, o Brasil enfrentou um contágio relativamente mais modesto dos impactos recessivos, o que não eximiu o País de realizar políticas de intervenção na economia. Essa situação pode, até certo ponto, ter contribuído para manter uma trajetória de melhoria de alguns indicadores do mercado de trabalho juvenil,

especialmente no contexto de fragilidade da inserção desse grupo populacional.

Além disso, tem-se que levar em consideração que o sistema educacional brasileiro é de baixa qualidade — especialmente na rede pública de ensino e entre os estudantes de renda mais baixa — e que há uma alta evasão escolar e elevada defasagem idade-série. Também a necessidade de procurar trabalho ainda na adolescência, como forma de complementação da renda familiar, configura-se como fator adicional para a maior precariedade da inserção ocupacional juvenil. Então, mesmo com a aparente manutenção da melhoria nos principais indicadores, há vários fatores que barram uma mudança de maior profundidade no grupo dos jovens trabalhadores.

No caso brasileiro, além de ter em vista as questões que envolvem a inserção ocupacional e o grau de instrução dos jovens e o período de flutuação econômica recente, tem-se de levar em consideração a heterogeneidade do mercado de trabalho. Diferentemente das economias desenvolvidas, em que predominam a estruturação do mercado de trabalho e os vínculos formais de trabalho, o mercado brasileiro ainda possui um contingente importante de trabalhadores autônomos ou em situação de trabalho precário.

3 Análise empírica da inserção juvenil no mercado de trabalho

Nesta seção, analisam-se alguns dos principais indicadores da parcela jovem do mercado de trabalho para as principais regiões metropolitanas do Brasil. Os dados agregados dizem respeito às seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PED para os quais há informações disponíveis no período em estudo — Belo Horizonte (RMBH), Porto Alegre (RMPA), Distrito Federal (DF), Recife (RMR), Salvador (RMS) e São Paulo (RMSP) —, cuja análise permite uma aproximação da realidade do mercado de trabalho metropolitano do País.

3.1 Principais indicadores

Algumas variáveis destacam-se quando se analisa o mercado de trabalho brasileiro. Uma delas é a mudança na estrutura etária, com o crescimento da parcela mais madura, paralelamente à queda da proporção de jovens na população. Para o mercado de trabalho, esse movimento populacional traduz-se em

104 Bruna Kasprzak Borges

uma menor pressão da oferta de trabalho, contribuindo para a queda da taxa de desemprego. Na Tabela 1, os dados para as regiões metropolitanas analisadas neste trabalho mostram a redução importante da parcela dos jovens na População em Idade Ativa (PIA), de 22,2% para 17,7% entre 2002 e 2012, com destaque para o recuo dessa proporção na Região Metropolitana de Salvador, uma das regiões com o mercado de trabalho menos estruturado dentre as analisadas.

No caso das regiões metropolitanas em foco, a Tabela 2 mostra que a taxa de desemprego juvenil⁴ foi de 22,3% em 2012. Isso representa uma queda de 31,8% para o conjunto das regiões metropolitanas analisadas, entre 2002 e 2012. Além disso, todas as regiões mostram uma redução superior a 20,0% nessa variável. Porém, a taxa de desemprego juvenil se situa em um patamar bastante superior à taxa de desemprego total, por exemplo, em 2012, a taxa para o conjunto metropolitano foi, respectivamente, de 22,3% e 10,7%. Em 2012, o dado metropolitano apontado para a taxa de desemprego dos jovens foi levemente superior ao menor patamar da série (22,0%), verificado em 2011. Particularmente em 2009, percebe-se o impacto da crise sobre o mercado de trabalho juvenil, pois há uma elevação no desemprego, interrompendo a variação negativa que estava ocorrendo nos anos anteriores. Contudo, já em 2010, a taxa de desemprego retoma a trajetória de queda iniciada em 2004. Levando em conta que o ajustamento da forca de trabalho jovem durante a crise parece ocorrer por uma queda importante nas contratações, especialmente na Zona do Euro, percebe-se que esse fato não se concretizou de forma contínua, no caso das regiões metropolitanas analisadas neste trabalho.

O caso mais expressivo de retração do desemprego entre os jovens é o da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com recuo de quase dois terços no indicador ao longo da década e que conduziu a Região ao menor patamar da taxa de desemprego juvenil entre o conjunto analisado. Por outro lado, a Região Metropolitana de Salvador permaneceu a maior parte do período com a maior taxa de desemprego entre jovens nas regiões em foco.

Um dos elementos que favoreceram o declínio da taxa de desemprego, além da conjuntura econômica favorável, operou pelo lado da oferta de trabalho. De fato, ao se abordar esse aspecto constata-se queda da

A taxa de desemprego juvenil é o número de pessoas de 16 a 24 desempregadas como percentual da força de trabalho da mesma idade (PEA jovem). Como destaca o Eurostat (2013), a taxa de desemprego não é interpretada como o percentual de pessoas sem trabalho no total da população jovem.

População Economicamente Ativa (PEA) entre os jovens. A partir dos dados da Tabela 3, pode-se ver que a proporção de jovens na PEA caiu de 26,0% para 20,1% entre 2002 e 2012. A queda contínua da PEA jovem ao longo do período analisado, bastante semelhante ao ocorrido em cada uma das regiões⁵, é outra trajetória em destaque.

Além da diminuição da oferta de trabalho, outros fatores que contribuem para a queda do desemprego estão ligados ao adiamento da entrada do jovem no mercado de trabalho. Assim, no contexto de elevação do emprego formal e aumento da renda na economia brasileira, o declínio do emprego juvenil pode ser atribuído, em alguma medida, ao aumento da ocupação entre os chefes de domicílio e também da participação de trabalhadores por família. Nesse caso, com a elevação da renda familiar, o jovem tem maiores incentivos para permanecer mais tempo na escola.

Quanto ao fato de o desemprego ser maior entre os jovens, pode-se citar, além das questões mais pontuais sobre impactos dos momentos de recessão econômica sobre o mercado de trabalho juvenil, um fator que opera pelo lado da demanda de trabalho. Nesse caso, os trabalhadores mais maduros são considerados como tendo maiores habilidades trabalho-específica, e esse seria um dos fatores que pode levar a fluxos de trabalho considerados idade-específicos⁶.

No que refere à situação de estudo e trabalho dos jovens, para o conjunto metropolitano em análise, as categorias de interesse mostram que a proporção de jovens que só estudam aumentou nos anos em análise, chegando a 20,4% em 2012, face aos 17,6% de 2002, ao passo que aqueles que só cuidam dos afazeres domésticos caiu de 5,7% para 4,5%, no período. Esses resultados mostram certa melhoria na forma como os jovens se inserem na sociedade, pois, de um lado, participam mais de atividades apenas de estudo e, por outro, dedicam-se menos a uma forma bastante precária de inserção que é o trabalho doméstico.

Cabe destacar que a educação é um fator capaz de modificar a forma de inserção ocupacional, de modo que o investimento em educação de qualidade se traduz, implicitamente, sobre o aumento de produtividade de uma economia e na sua capacidade de crescimento a longo prazo. Além disso, o retorno econômico da educação dos trabalhadores mais qualificados

⁵ Entre 2002 e 2004, na RMPA e na RMR, houve pequeno incremento da proporção de jovens na PEA.

Especialmente no caso dos países desenvolvidos, o fato de os pais apoiarem os filhos financeiramente pode, adicionalmente, levar a uma procura por trabalho com menos empenho (Bell; Blanchflower, 2011).

tende a ser maior e a contribuir para o crescimento econômico sustentado do produto da economia. Porém, no Brasil, é reconhecido que o *gap* educacional é elevado e traz empecilhos ao crescimento da economia.

Ainda que os dados mostrem sinais de melhoria (Tabela 4), a proporção dos que somente trabalham se elevou, chegando a quase metade dos jovens no período. Considerando o elevado diferencial idade-escola, ou seja, os jovens que se encontram em anos escolares incompatíveis com sua idade, pode ter ocorrido um aumento na proporção de jovens que entraram no mercado de trabalho prematuramente, isto é, sem ter educação formal completa. Além disso, a rotatividade entre os trabalhadores jovens no Brasil é elevada, o que se configura como um empecilho ao aumento da produtividade e dos salários no futuro profissional (Corseuil *et al.*, 2013).

Outro aspecto característico do mercado de trabalho juvenil brasileiro é a parcela dos indivíduos conhecida como "nem-nem", isto é, os que não participam nem do mercado de trabalho e nem estão recebendo algum tipo de educação formal. Na Tabela 5, pode-se ver que, para o conjunto metropolitano, a proporção de jovens que não estudam e não trabalham manteve-se constante em 10,9% entre 2002 e 2012. Contudo esse resultado se deveu a uma compensação entre as regiões, dado que, em algumas, houve aumento dos jovens "nem-nem", paralelamente à diminuição em outras. Quando se desagregam os dados, na RMBH, no DF e na RMS houve aumento dessa proporção ao redor de 1,5 ponto percentual (p.p.), no período em

estudo. Nas três regiões onde houve diminuição da parcela de jovens "nem-nem", quais sejam, RMR, RMSP e RMPA, nas duas primeiras o decréscimo da parcela "nem-nem" dos jovens foi relativamente mais intenso do que na RMPA. Neste último caso, após manter-se na faixa de 10,0% a partir de 2004, o indicador apresentou aumentos em 2010 e 2012 (11,2%), porém, mantendo-se levemente inferior ao de 2002.

Considerando a faixa etária dos indivíduos analisados, o baixo nível da educação brasileira, a evasão escolar e a inserção precária no mercado de trabalho. o percentual elevado de jovens que não estudam e não trabalham impõe-se como um desafio para as políticas públicas focadas na juventude. São pessoas na fase de construção da formação acadêmica e de entrada no mercado de trabalho, mas que se encontram à margem desse processo. De acordo com Kerbauy (2005), embora, na realidade brasileira, haja políticas de governo para os jovens, elas constituem uma versão limitada do que se considera, efetivamente, políticas públicas de juventude. O resultado são políticas focalizadas para grupos de jovens que possuem características em comum, mas que são insuficientes para tratar a questão de forma sistemática.

O esperado em termos de políticas para contornar a situação de precariedade poderia ser sintetizado como uma conjunção de formação acadêmica, competências profissionais e formação *on-the-job* (Bell; Blanchflower, 2011). Esse tipo de política se justifica, haja vista que o retorno econômico da educação das pessoas ocupadas tende a ser maior quanto mais escolarizada a população.

Tabela 1

Proporção de jovens de 16 a 24 anos na População em Idade Ativa (PIA), em regiões metropolitanas selecionadas — 2002-12

							(%)
ANOS E TAXA DE CRESCIMENTO	METROPOLITANO (1)	RMBH	DF	RMPA	RMR	RMS	RMSP
2002	22,2	23,0	25,4	20,2	22,3	25,2	21,6
2003	21,9	22,6	24,8	20,1	22,3	25,0	21,2
2004	21,5	22,0	23,9	20,2	21,9	24,2	20,9
2005	21,0	21,8	23,2	19,7	21,0	23,4	20,4
2006	20,3	21,0	22,5	19,0	21,1	22,3	19,5
2007	19,6	20,1	21,5	18,4	20,1	21,1	19,2
2008	19,1	19,3	20,6	17,8	19,4	20,0	18,9
2009	18,5	18,8	20,0	16,9	18,7	19,1	18,4
2010	18,1	17,6	19,9	16,8	18,5	18,4	18,2
2011	17,8	17,5	19,4	16,2	17,8	17,9	18,0
2012	17,7	17,7	19,2	16,5	17,4	18,0	17,8
Taxa de crescimento	-20,27	-23,04	-24,41	-18,32	-21,97	-28,57	-17,59

FONTE: Convênio Dieese-Seade. MTE- FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

⁽¹⁾ Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

⁷ Em inglês, a expressão utilizada é NEET, isto é, young people not in education, employment or training.

106 Bruna Kasprzak Borges

Tabela 2

Taxa de desemprego de jovens de 16 a 24 anos em regiões metropolitanas selecionadas — 2002-12

(%) ANOS E TAXA DE DF METROPOLITANO (1) **RMBH RMPA RMR RMS RMSP CRESCIMENTO** 2002 32.7 30,6 36,0 26.9 35,9 44.7 31,2 2003 35,1 33,2 40,5 29,9 40,6 45,7 33,1 2004 34.1 34.5 38.0 29.3 41.7 42.8 32.6 2005 31,8 30,5 35,4 26,3 39,9 41,4 29,8 2006 31,1 27,3 35,4 27,0 39.9 41,9 29,0 27,6 2007 29,3 24,4 34,2 24,7 38.5 39.1 2008 26,5 19,9 32,9 22,5 37,3 37,4 24,7 2009 27.5 22.2 32.9 23.2 38.1 35.6 25,8 2010 24,5 18,9 28,9 18,3 33,5 33,0 23,4 21,3 2011 22,0 26,7 28,1 16.2 15.9 31,0 2012 22,3 12,1 27,2 15,8 26,5 34,7 22,1 Taxa de crescimento -31.80 -60,46 -24.44 -41.26-26.18 -22,37 -29.17

FONTE: Convênio Dieese-Seade. MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Tabela 3

Proporção de jovens de 16 a 24 anos na População Economicamente Ativa (PEA), em regiões metropolitanas selecionadas — 2002-12

(%)

ANOS E TAXA DE CRESCIMENTO	METROPOLITANO (1)	RMBH	DF	RMPA	RMR	RMS	RMSP
2002	26,0	27,1	28,2	24,0	24,6	27,3	25,9
2003	25,5	26,5	27,9	24,3	24,8	26,8	25,1
2004	25,4	26,0	27,0	24,5	24,7	26,4	25,1
2005	24,7	25,7	26,0	23,8	22,8	25,4	24,7
2006	23,9	24,3	25,3	23,0	23,0	24,4	23,9
2007	23,0	23,1	24,1	22,1	21,4	23,0	23,3
2008	22,4	22,2	23,0	21,0	21,3	21,4	23,0
2009	21,4	20,8	22,2	19,9	20,6	19,8	22,0
2010	20,9	19,3	21,9	19,6	20,1	19,0	21,8
2011	20,4	19,2	20,8	19,1	19,5	18,1	21,4
2012	20,1	18,7	20,5	19,1	18,9	18,9	20,9
Taxa de crescimento	-22 69	-31 00	-27.30	-20 42	-23 17	-30.77	-19 31

FONTE: Convênio Dieese-Seade. MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Tabela 3

Proporção de jovens de 16 a 24 anos na População Economicamente Ativa (PEA), em regiões metropolitanas selecionadas — 2002-12

(%) ANOS E TAXA DE METROPOLITANO (1) **RMBH** DF **RMPA RMR** RMS **RMSP CRESCIMENTO** 27.1 24.6 2002 26.0 28.2 24.0 27.3 25.9 2003 25,5 26,5 27,9 24,3 24,8 26,8 25,1 2004 25,4 26,0 27,0 24,5 24,7 26,4 25,1 2005 24,7 25,7 26,0 23,8 22,8 25,4 24,7 2006 23,9 24,3 25,3 23,0 23,0 24,4 23,9 2007 23.0 23.1 24.1 22.1 21.4 23.0 23,3 2008 22,4 22,2 23,0 21,0 21,3 21,4 23,0 20,8 22,0 2009 21.4 22.2 19.9 20.6 19.8 2010 20,9 19,3 21,9 19,6 20,1 19,0 21,8 2011 20,4 19,2 20,8 19,1 21,4 19.5 18.1 2012 20.1 18.7 20.5 19.1 18.9 18,9 20.9 -30,77 -19,31 Taxa de crescimento -22,69 -31,00 -27,30 -20,42 -23,17

FONTE: Convênio Dieese-Seade. MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 101-108, 2014

⁽¹⁾ Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

⁽¹⁾ Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

⁽¹⁾ Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Tabela 4

Distribuição de jovens de 16 a 24 anos, segundo situação de estudo e trabalho, em regiões metropolitanas selecionadas — 2002-12

(%) ESTUDA E TRABALHA SÓ TRABALHA **APENAS CUIDA ANOS TOTAL** SÓ ESTUDA **OUTROS F/OU PROCURA** F/OU PROCURA DOS AFAZERES **TRABALHO TRABALHO** DOMÉSTICOS 17,6 2002 100.0 26.7 44.8 5,7 5.2 2003 100,0 17,7 27,1 44,5 5,3 5,5 2004 17,4 45,7 4,9 100.0 26.8 5.3 2005 25,7 5,0 100.0 18.0 46.1 5.1 2006 100,0 18,1 24,9 46,8 4,6 5,5 2007 100,0 18,4 24,7 46,8 4,6 5,6 2008 100,0 17,7 25,6 46,8 4,6 5,4 2009 100,0 19,2 24,2 46,3 4,5 5,8 2010 100,0 19,3 23,3 46,9 4,4 6,1 2011 100,0 20,4 22,5 46.4 4,5 6,2 2012 100.0 20.4 22,6 46.1 4,5 6.4

FONTE: Convênio Dieese-Seade. MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

NOTA: Os dados referem-se às Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Tabela 5

Proporção de jovens de 16 a 24 anos, que não estudam e nem trabalham, em regiões metropolitanas selecionadas — 2002-12

ANOS	METROPOLITANO (1)	RMBH	DF	RMPA	RMR	RMS	RMSP
2002	10,9	10,1	8,8	11,7	15,8	8,8	11,1
2003	10,7	8,8	8,6	11,4	15,5	9,1	11,2
2004	10,1	8,6	8,3	10,7	15,8	9,2	10,2
2005	10,2	8,5	9,0	10,4	16,5	9,7	10,2
2006	10,2	8,8	9,4	10,7	16,0	10,4	9,9
2007	10,2	8,7	9,1	10,7	16,2	10,4	10,1
2008	10,0	9,7	8,8	10,5	14,7	10,4	9,8
2009	10,4	10,3	8,3	10,4	14,7	10,3	10,3
2010	10,5	10,2	9,0	11,2	14,9	10,2	10,2
2011	10,8	10,5	10,3	10,5	14,0	12,0	10,3
2012	10,9	11,7	10,1	11,2	14,4	10,4	10,7

FONTE: Convênio Dieese-Seade. MTE- FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

4 Considerações finais

O impacto da crise econômica a que se tem assistido, nos últimos anos, sobre os mercados de trabalho de muitos países, especialmente os das economias desenvolvidas, é marcado pela elevação das taxas de desemprego de longo prazo e do desemprego entre os jovens. Tal situação é diferente da enfrentada pelo Brasil, pois o mercado de trabalho do País vem apresentando aspectos positivos ao longo dos últimos anos, embora se observe desaceleração em alguns indicadores. Particularmente, a questão demográfica configurou-se como elemento benéfico de destaque

para que o Brasil tenha alcançado melhorias no mercado de trabalho, bem como na área social.

Mesmo no contexto de crise internacional, o mercado de trabalho para os jovens acompanhou a trajetória de melhoria nas principais regiões metropolitanas brasileiras. Apesar dessa "continuidade", o elevado gap educacional brasileiro e a baixa qualidade da educação, aprofundado pelo diferencial idade-escola e pela parcela juvenil conhecida como "nem-nem", impõem desafios de longo prazo para a formação de força de trabalho qualificada e para a produtividade da economia.

A economia brasileira vem passando por um período de arrefecimento do investimento e do otimismo com as condições econômicas. É esperado que o País tenha que passar por ajustes econômicos em um futuro não muito distante, vistos como resposta necessária à dificuldade em manter a inflação no centro da meta e aos desequilíbrios fiscais. Como o mercado de trabalho irá responder a essa provável nova configuração ainda é um ponto em debate.

STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (EUROSTAT). Euro area unemployment rate at 12.0%. **Euroindicators**, [S.I.], n. 140, Oct 2013. Disponível em:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/3
-01102013-AP/EN/3-01102013-AP-EN.PDF>. Acesso em: 9 out. 2013.

Referências

BASTOS, R. L. A. A inserção dos jovens no mercado de trabalho: principais tendências em um grupo selecionado de países da OCDE, nas últimas duas décadas do século XX. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 203-228, 2004.

BELL, D. N.; BLANCHFLOWER, D. G. Young people and the great recession. **Oxford Review of Economic Policy**, Oxford, UK, v. 27, n. 2, p. 241-267, 2011.

BRUNELLO, G. The effect of economic downturns on apprenticeships and initial workplace training: a review of the evidence. Bonn: IZA, 2009. (Discussion Paper, n. 4326).

CORSEUIL, C. H. *et al.* A rotatividade dos jovens no mercado formal brasileiro. **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, Brasília, DF, v. 18, n. 55, p. 23-29, 2013.

GIELEN, A. C.; VAN OURS, J. C. Age-specific cyclical effects in job reallo-cation and labor mobility. **Labour Economics**, Maastricht, v. 13, n. 4, p. 493-504, 2006.

JUNANKAR, P. N. **The global economic crisis:** long-term unemployment in the OECD. Bonn: IZA, 2011. (Discussion Paper, n. 6057).

KERBAUY, M. T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 10, n. 18/19, p. 193-203, 2005.

MATOS, J. D. de; BASTOS, R. L. A. Uma análise exploratória dos fatores que condicionam a participação dos jovens nas atividades de estudo e trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 28, p. 853-876, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Global employment trends for youth 2013. Genebra: OIT, 2013.